



**Este artigo** está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 3.0 Unported.

**Você tem direito de:**

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

**De acordo com os termos seguintes:**

Atribuição — Você deve dar o crédito apropriado, prover um link para a licença e indicar se mudanças foram feitas. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



**This article** is licensed under a Creative Commons Attribution 3.0 Unported License.

**You are free to:**

Share — copy and redistribute the material in any medium or format

Adapt — remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially.

**Under the following terms:**

Attribution — You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

# Estados Unidos e Síria: do final da Guerra Fria à contemporaneidade

## United States and Syria: to the end of Cold War to contemporaneity

Virgílio Caixeta Arraes\*

Boletim Meridiano 47 vol. 15, n. 145, set.-out. 2014 [p. 34 a 43]

### Introdução

A década de 80 trouxe à tona a necessidade de renovação política em vastas áreas do globo, uma vez que a moldura institucionalizada, a bipolaridade, desmanchava-se a olhos vistos. No Oriente Médio e no Magrebe, países como Líbia, Síria, Iraque e Tunísia chamavam a atenção por suas longevas ditaduras, conectadas em seu início com a retórica da mudança.

No tocante à última, houve a substituição do octogenário dirigente Habib Bourguiba em novembro de 1987, ao passo que os demais conseguiram alcançar a nova ordem mundial. Mesmo Saddam Hussein, após invadir o Coveite em agosto de 1990 e enfrentar uma coligação mundial para puni-lo – I Guerra do Golfo, a datar de fevereiro de 1991 –, sustentar-se-ia no poder até abril de 2003.

A Síria, não obstante desentendimentos com os Estados Unidos ao longo dos anos 80, manteve sua ditadura, instaurada em março de 1963 com o Partido Baath. Em novembro de 1970, Hafez al-Assad atingiu o posto de primeiro-ministro e, em março de 1971, o de presidente onde permaneceria até sua morte em junho de 2000.

Em janeiro de 2002, o presidente George Bush cogitou a inclusão da Síria no denominado Eixo do Mal. No entanto, a Coreia do Norte seria incorporada ao Irã e Iraque, de sorte que não se transparecesse uma frente cruzadista. Em maio do mesmo ano, ela seria incorporada pelo Departamento de Estado a uma hexápole maligna, ou seja, a países patrocinadores do terrorismo, ao figurar ao lado também de Cuba e Líbia.

À medida que o tempo passou, a conjuntura tornou-se-lhe mais desfavorável, ainda mais depois das resoluções nº1559, de setembro de 2004, e nº1595, de abril de 2005, do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, de iniciativa dos Estados Unidos e da França. Em função da pressão norte-atlântica, a Síria teve de sair do Líbano no primeiro semestre de 2005, porém preservaria seu regime até o alvorecer da Primavera Árabe ao final de 2010.

### Líbano: desafio da Síria perante os Estados Unidos

Nos primeiros anos da década de 80, a Síria, com bom relacionamento com a União Soviética, e os Estados Unidos estavam em choque em decorrência de temas vinculados aos territórios palestinos e Líbano. Com a

\* Professor do Departamento de História da Universidade de Brasília – UnB (arraes@gmail.com).

presença de tropas do país em solo libanês, o equilíbrio de poder no Oriente Médio modificava-se em desfavor dos interesses do Ocidente.

Os contingentes sírios foram transpostos para Beirute em junho de 1976, contrariamente à vontade de Moscou, com a finalidade de intervir na guerra civil, desencadeada em abril do ano anterior. Em junho de 1982, seria a vez de Tel-Aviv de deslocar efetivos para o Líbano.

Diante do quadro de desesperança, setores da população libanesa, como o de parte dos cristãos, aguardavam um confronto direto entre os dois invasores, observados como representantes de uma contenda mais ampla e antiga entre norte-americanos e soviéticos: a Guerra Fria.

A Casa Branca de maneira arriscada permaneceu entre agosto de 1982 e fevereiro de 1984 em território libanês: na primeira vez, sob o propósito de contribuir com uma missão de paz, após não ter tido sucesso com a remessa de unidades de elite em dois momentos; ao mesmo tempo, supervisionou a saída forçada dos membros da Organização para Libertação da Palestina (OLP) e, por último, a tentativa de reconstituir a soberania do Líbano.

A situação entre o exército estadunidense e sírio atingiria um grau de tensão incomum, quando, em outubro de 1983, um ataque de um caminhão bomba a militares americanos gerou várias mortes. Nas considerações de Damasco, caso houvesse represália por parte de Washington, ele poderia ser o alvo. O eventual contra-ataque, na observação deste, dirigir-se-ia a impedir a ocasional absorção do diminuto Líbano à órbita de Moscou.

Prevenidos, os norte-americanos não aspiravam a incursionar militarmente por lá – indesejada lembrança da desconfortável Guerra do Vietnã; desta forma, eles passariam a confiar mais no apoio diplomático da França e a preocupar-se com a impaciência política da União Soviética, tendo em vista o objetivo de ampliar sua influência em área médio-oriental.

Anteriormente, a sociedade global havia presenciado a predominância de três importantes temas naquela região: a Revolução Islâmica no Irã, em janeiro de 1979, a ocupação do Afeganistão pela União Soviética em dezembro do mesmo ano e, por último, a confrontação entre Iraque e Irã entre setembro de 1980 e agosto de 1988.

Destaque-se que a disputa entre Washington e Damasco em decorrência da presença no Líbano poderia ser equiparada aos acontecimentos acima mencionados. No transcorrer da administração Reagan (1981-88), a perspectiva da diplomacia estadunidense limitou-se a considerar a desinteligência com sua contraparte soviética durante boa parte do tempo como um jogo de soma zero.

Em sendo ciosos anticomunistas, alguns membros da cúpula governamental tinham dificuldade de vislumbrar brechas no cotidiano, com o fito de estabelecer canais de comunicação com seu maiores adversários sobre questões de monta. Ao observar de forma equivocada a Síria como simples fantoche da União Soviética, os Estados Unidos auxiliaram de maneira indireta a aproximação entre eles.

Na visão da Casa Branca, o apoderamento do território afegão por tropas russas havia-se constituído na grande ameaça à paz naquela vastidão e, deste modo, deveriam ser contidas iniciativas similares a todo custo.

Assim, não devia existir tergiversação concernente à ajuda militar, mesma indireta, e secundariamente econômica aos opositores entusiastas do comunismo. Distanciados do Irã e do Afeganistão, os Estados Unidos se voltavam para o Iraque com a expectativa de um enlace temporário ao menos.

Com o relativo afastamento da Casa Branca das questões libanesas, Tishreen aspirou a exercer uma influência política maior no Oriente Médio, ao definir duas áreas ideais: o próprio Líbano e a Jordânia.

Destarte, eles se opuseram à proposta estadunidense de paz, ao vinculá-los a retirar-se daquele fragmentado país em troca da devolução das colinas do Golã, perdidas em junho de 1967. Caso lá permanecesse, a ditadura síria poderia politicamente reforçar os xiitas em detrimento dos cristãos, mais próximos dos ocidentais.

No transcorrer da década de 80, a resposta possível dos Estados Unidos seria a de valer-se de seus aliados mais fraternos, Turquia e Israel, para forçar a Síria a negociar, dado que, de uma perspectiva interna, o regime de al-Assad atemorizava toda a oposição, especialmente após a ação em Hama em fevereiro de 1982, quando

tropas do governo, após um cerco de quase um mês, assassinaram milhares de pessoas de vertente sunita (Muir, 211-214; Pipes, 133-138; Merip, 6-7; Seaver, 255-258; Slater, 90-94, Waterbury, 390-391).

## O recuo sírio no Oriente Médio no pós Guerra Fria

Antes mesmo do desaparecimento do conflito bipolar, na viragem da década de 80, a Síria necessitou recolocar-se no tabuleiro de xadrez médio-oriental, em vista da insuave modificação política de seu mais importante parceiro naquela época, a União Soviética, desgastado por causa de grandes problemas internos, que desaguiariam de modo incontido no encerramento da própria existência.

A proximidade entre os dois havia sido estimulada por uma questão externa, ocorrida ao cabo dos anos 70: o estreitamento da relação entre Egito e Israel – sob o acompanhamento dos Estados Unidos – concretizado no retorno da desértica península do Sinai – o processo concluir-se-ia em 1982, uma vez que os assentamentos seriam desfeitos.

A ligação entre Damasco e Moscou não era ideológica, malgrado a origem secular e socialista do Partido Baath. A proximidade se resumia basicamente a tópicos militares e geopolíticos.

Concernente ao primeiro ponto, interessava à União Soviética transformar a Síria no contraponto à Arábia Saudita e Israel, auxiliados pelos Estados Unidos, em termos de atualização tecnológica no setor castrense. Na prática, a ditadura de al-Assad, ao valer-se da conexão política, fazia a mercadologia dos armamentos russos em toda aquela extensa área.

Relativamente ao segundo, cobiçava Moscou permanecer com uma base médio-oriental e se possível nas adjacências, ainda mais após a invasão do território afegão em fins de 1979 e do realinhamento significativo no correr daquela década dos preços do petróleo e gás.

Pouco tempo depois da mal executada abertura do Kremlin, a chamada *Glasnost*, o governo comunista endereçou a Tishreen o comunicado de que não era mais possível sustentar a parceria militar no mesmo patamar de outrora, não obstante o cenário regional inclinar-se à Síria. Isto ocorria em decorrência do prolongamento da Guerra Irã-Iraque e da queda da cotação do petróleo, o que abalava o poderio de muitos aliados dos Estados Unidos, a datar da segunda metade dos anos 80.

Sem a contínua ajuda moscovita, preocupada consigo mesma, haja vista a desintegração da ditadura comunista, Damasco teve de desdobrar-se perante a reconfiguração das parecerias a partir da órbita de Washington. Na década de 90, a Casa Branca logrou equilibrar, mesmo de maneira temporária, o convívio entre Ancara, Tel-Aviv e Amã em uma ‘quádrupla aliança’.

Diante do novel cenário, a Síria buscou aproximar-se do Iraque e mais adiante do Irã, governos bastante desgastados aos olhos da opinião pública global. Sem um aliado de monta, a administração de al-Assad receava ter de programar sua saída do Líbano, onde era acusada de conviver com uma das agremiações mais radicais de toda a região: o Hesbolá. Por último, Damasco optaria por Teerã, união até hoje vigente.

O distanciar-se involuntário da União Soviética na fase final da bipolaridade não assegurou a ela melhores condições nas tratativas com países ocidentais, em especial com os Estados Unidos.

Nos primeiros anos do pós Guerra Fria, o Departamento de Estado, em decorrência de eventual auxílio a uma frustra operação de detonar um avião da companhia El Al, de nacionalidade israelense, em Londres em 1986, concedia a ela classificação negativa.

Segundo a chancelaria britânica, o artefato, encontrado na hora do embarque de uma bagagem de mão de uma passageira irlandesa, teria sido preparado na própria embaixada da Síria e o terrorista teria passaporte diplomático, apesar da origem jordaniana. Além do mais, ele teria buscado abrigo naquela representação diplomática depois da descoberta do plano.

A fim de contrabalançar o impacto desfavorável da macabra operação, o governo de al-Assad tomou a decisão de implementar três ações muito bem vistas pelo Ocidente:

O defenestramento do país em junho de 1987 do palestino Abu Nidal, fundador da Fatah, que encontrou acolhimento junto à Líbia; o afastamento do serviço de espionagem e posterior encarceramento do brigadeiro al-Khouly, envolvido na formulação do projeto de derrubada da aeronave; e a participação na extensa coligação castrense, comandada pelos Estados Unidos, contra o Iraque na denominada I Guerra do Golfo (1990-91).

Em 1991, os sírios acataram a sugestão estadunidense de negociar de modo direto com os israelenses, em vista da perspectiva de recuperar as colinas de Golã – território por paz sob a chancela de duas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (nº242, de novembro de 1967, e nº338, de outubro de 1973). Até aquele momento, Damasco criticava de forma áspera o Cairo pela utilização desta alternativa no retorno da posse da península do Sinai.

Ainda assim, as tratativas da Conferência de Madri não chegaram a lugar algum para os dois, porque, para o país, a devolução teria de ser total, a despeito da existência de assentamentos israelenses, e contar com a aprovação de todos os lindeiros. Outrossim, dada a proximidade política junto a grupos palestinos, a diplomacia síria desejava que a soberania dos territórios ocupados fosse debatida.

Mesmo sem chegar a um acordo fronteiriço com Tel-Aviv, Damasco estava mais distante de suas posições da época da Guerra Fria – sem o apoio de Moscou, não havia mais a aspiração explícita de paridade estratégica. Mesmo assim, Washington não se contentou com o abrandamento e pressionaria o país na intrincada questão dos direitos humanos.

A perspectiva inicial da Casa Branca, através da Conferência dos Direitos Humanos de junho de 1993, era a de que não se devia tolerar nenhuma maneira de relativismo concernente à temática, indistintamente do teor: cultural, político ou religioso.

Destarte, a Síria encaixava-se a princípio com China, Irã, Coréia do Norte, Indonésia, Colômbia e Cuba na moldura mais negativa. Entrementes, em decorrência da importância econômica de Pequim; política de Jacarta; e militar de Pyongyang e Bogotá, a política externa norte-americana paradoxalmente amenizaria o tratamento a todos eles, à exceção de Damasco.

Ante o exposto, o relacionamento entre o governo sírio e o americano manteve-se durante o restante da década de 90 suspenso, até porque al-Assad permaneceu no poder até o falecimento em junho de 2000. Em seu lugar, ascenderia o próprio filho, Bashar, que não tentaria alterar as características básicas do regime nos primeiros anos de gestão, malgrado a expectativa interna – Primavera de Damasco – e externa – por ter residido na Grã-Bretanha, onde estudou medicina.

Diante disso, não houve a esperança de alterações políticas extensas, embora as de cunho econômico tenham sido providenciadas. De todo modo, o crescimento não veio no grau aguardado. Em abril de 2005, o país desocuparia o Líbano, após quase três décadas de presença, em função da denominada Revolução de Cedro, e não conseguiria desfrutar de boa relação com Israel, que até bombardearia seu território em duas ocasiões – 2003 e 2007 (Schiff, 92-106; Bengio, Ofra, Özcan, Gencer, 50-62; Satloff, 109-111; Galvani, 3-16; Cannistraro, 69; Whitehead, 216-217; Chirac, 41, Abrams, 18-24).

## Da Primavera Árabe à Guerra Civil Síria

Em 2011, ondas de insatisfação espalharam-se do norte da África ao Oriente Médio. De forma resumida, elas apontavam a insatisfação com a maioria dos governos, muitos dos quais ditaduras, revestidas de aparência democrática, advindas da Guerra Fria como era o caso do Egito, Tunísia, Líbia e Síria, por exemplo. A estagnação econômica proporcionou o impulso.

Embora tenha havido a substituição de vários dirigentes, alguns dos quais já em preparação anterior para entronizar filhos ou aparentados, não houve de fato alteração do regime político com vistas a constituir uma democracia de feição civil.

Nem sempre a passagem de poder ocorreu de modo pacífico; na Líbia, há o andamento de conflitos intestinos sem vislumbre de solução no curto prazo. Além do mais, agrupamentos fundamentalistas adquiriram vitalidade inesperada, ao circular até por mais de um país – o Estado Islâmico do Iraque e do Levante (nome clássico do território que abarca de maneira geral Líbano, Síria, Israel, Palestina, Jordânia e Iraque).

A Síria constituiu-se uma exceção no tocante a governos afetados pela Primavera Árabe, tendo em vista que, após mais de três anos de confrontação interna, o grupo baathista ou familiar de al-Assad permanece à frente do poder, apesar do desgaste. Se considerada a primeira referência, como mencionado, poder-se-ia remontar a 1963; se a segunda, desde 1970.

A saída dos contingentes sírios do Líbano em 2005 aparentava ser sinal de fraqueza da gestão al-Assad, incapaz de resistir à pressão da sociedade local, agastada com o assassinio do ex-primeiro-ministro, Rafic Hariri, em fevereiro daquele ano por grupos eventualmente conectados com Damasco.

Lá, a esperançosa brisa primaveril de substituição de regime – ou de governante ao menos – chegou depois da do Egito e Tunísia. No começo, março de 2011, as manifestações foram pacíficas, originadas basicamente de estudantes – alguns deles seriam detidos por causa de pichações contrárias à ditadura.

Uma semana mais tarde, com a prisão dos jovens, houve demonstrações públicas onde se conjugaram insatisfação com o governo e solidariedade aos adolescentes. A resposta de al-Assad foi a de utilizar a força para conter os atos. O resultado seria o registro de quatro óbitos. Com isso, as movimentações de contestação se espalhariam por todo o país.

Em junho, os opositores conseguiram tomar o controle da primeira cidade, em decorrência da deserção de militares e policiais. O feito geraria a perspectiva de que a Síria seguiria o mesmo ritmo das demais sociedades na região que haviam sido atingidas por aparentes lufadas de renovação. O entusiasmo, parcialmente desvinculado da realidade, chegaria aos Estados Unidos que aconselhariam o ditador al-Assad a renunciar. Com o fito de pressioná-lo, Washington embargaria ativos sírios.

Durante o primeiro semestre de 2012, a oposição cresceu bastante militarmente, ao controlar até boa parte da maior cidade do país, Aleppo. No entanto, o avanço não significou a materialização de uma coligação política bem constituída. Mesmo assim, a Casa Branca afirmaria o interesse na queda do regime e alertaria a ditadura que não toleraria o emprego de armas de destruição em massa.

No final de 2012, a maior parte dos adversários se congregou na Coligação Nacional Síria, de maneira que facilitasse a obtenção de apoio internacional, principalmente do Ocidente, e se coordenassem com mais eficiência as medidas castrenses.

Nos primeiros meses de 2013, a ditadura síria recebeu auxílio externo mais significativo, ao acolher inúmeros milicianos do Hesbolá, apoiado pelo Irã, e contar com a solidariedade de Rússia e China. Por outro lado, os Estados Unidos passaram a ajudar diretamente a oposição, sob a justificativa de que o regime se valia do emprego de armamentos químicos.

Diante disso, emergiu a proposição de dois caminhos: a Casa Branca sugeriu ao Congresso a intervenção militar, ao passo que o Kremlin, negociações. O primeiro ponto do debate seria a retirada dos estoques de armas tóxicas do território sírio para destruição por potências européias. Al-Assad terminaria por subscrever a sugestão, com o propósito de enfraquecer a possibilidade de sofrer um ataque internacional.

De forma simultânea, a oposição dividiu-se de modo explícito. Como citado, uma das agremiações apresentou o plano de estabelecer um país oficialmente religioso. Em seu interior, existiam correntes inclinadas à união com o Iraque. Hoje, ela se apresenta como o Estado Islâmico do Iraque e Levante.

Desde julho de 2011, os adversários agregaram-se em dezenas de facções com apoio variado, ao abarcar a simpatia de várias administrações ocidentais, mais discretas em sua movimentação, até a de monarquias tradicionalistas, de extração sunita, como Arábia Saudita. De comunistas a extremistas, o consenso maior era a exoneração da família al-Assad.

Devido à variedade de grupos, não houve condições de sustentar uma pauta comum extensa, mas se convergiu para libertar prisioneiros políticos e suspender o estado de emergência, em vigor há muito anos. No transcorrer disso, estimam-se 150 mil mortes e cerca de dois milhões de refugiados.

Em janeiro de 2014, Washington e Moscou conseguiram realizar uma reunião entre os principais agrupamentos sírios, sem condições por si de chegar de maneira pacífica a uma transição de poder. Sob os auspícios da Organização das Nações Unidas, a reunião ocorreu em Genebra e tinha como objetivo encerrar o confronto.

Após o fracasso da intervenção militar no Iraque e Afeganistão, os Estados Unidos pretendiam fazer da Síria o segundo ponto de reversão de seus infortúnios no Oriente Médio, depois das recentes conversações, ainda que incipientes, com o Irã.

Destarte, as conversações em Genebra eram importantes para a Cassa Branca. Todavia, o objetivo de defenestrar al-Assad, ideal comungado com Riad, mostrou-se inexecutável no curto prazo, em face da discordância de Moscou e, em menor escala, de Pequim e Teerã (Chaney, 391-393; Mandel, 25-27; Blanche, 26-28; Dunne, 364-365; Berman, 64-74; Hussein, 92-93; Robinson, 333-336).

## Estados Unidos e Rússia diante da crise síria

No lamentável conflito médio-oriental, a Casa Branca e o Kremlin reavivaram em certo grau a rivalidade do período bipolar. De um lado, os norte-americanos buscam desestabilizar a ditadura síria; de outro, os russos tentam mantê-la, de sorte que possam ter uma base na região. A distância, acompanham o desenlace da disputa, em face de seus próprios interesses, britânicos, franceses, israelenses, sauditas, iranianos e mesmo chineses.

Sem ter descuidado do acompanhamento dos debates entre os sírios em Genebra, no qual um acordo entre as diversas agremiações não foi possível, uma vez que nem sequer se chegou a pautar nova rodada de negociação, Washington atuou em outro palco, de repercussão mais extensa: o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

Nele, os americanos gostariam de aprovar uma resolução debilitadora do regime de al-Assad, ao vinculá-lo com o constante desrespeito a direitos básicos da apenada população, e, desta forma, chegar à substituição do governo por outro, mesmo transitório, porém mais identificado com os interesses ocidentais, consubstanciados nas diretrizes da democracia neoliberal.

Vários países médio-orientais poderiam apoiar a medida da diplomacia estadunidense. Dentro dos chamados P-5, Grã-Bretanha, renovada após a vitória no plebiscito de independência da Escócia, e França, desgastada com uma administração tibia e inconstante, inclinar-se-iam a favor.

Todavia, deparam-se eles com a oposição russa, preocupada com a eventual entrega de poder aos adversários de al-Assad, mesmo aos segmentos moderados. Na análise de Moscou, a aplicação de sanções internacionais ao ditatorial regime desequilibraria o curso da guerra civil.

Relembre-se que a Casa Branca havia revelado, desde o segundo semestre de 2013, que a Síria constou como uma de suas principais preocupações em termos de segurança nacional porque a fragmentação daquele país poderia auxiliar a instalação de grupos radicais, o que terminaria por ocorrer – o Estado Islâmico do Iraque e Levante.

Ao escolher o caminho onusiano, Washington centrou esforços em desestabilizar o autoritário governo não de maneira direta, com o uso da força, mas de forma indireta ao sobressair a questão humanitária – dezenas e

dezenas de milhares de mortos e em torno de dois milhões de refugiados. Na avaliação dos Estados Unidos, a menção às Nações Unidas teria desencadeado o descarte definitivo por parte da Síria de utilizar armas químicas.

No entanto, não houve a perspectiva de formar uma coligação militar em um futuro próximo, em decorrência de quatro possíveis motivos: o malogro da incursão otomana ao Afeganistão na década passada; os custos de uma operação de grande porte em um período de crise econômica global; a rivalidade entre sunitas, xiitas e alauítas; por fim, o desejo de autonomia ou quiçá de independência dos curdos.

Concernente às divergências religiosas e étnicas em solo sírio, não há viabilidade aos olhos dos formuladores ocidentais para cancelar-se uma aliança de longo prazo, haja vista o comportamento pendular de cada um dos grupamentos na defesa de seus interesses imediatos no transcorrer da sangrenta confrontação.

Entre a península Árabe e a Ásia Ocidental, há tempos ecoam de modo intenso discordâncias religiosas: em uma ponta, localiza-se Riad, mais próxima do fundamentalismo da oposição síria e vinculada ao eixo Washington-Bruxelas (União Européia); na outra, Teerã, mais relacionada com Damasco e, destarte, conectada de alguma maneira com Moscou e Pequim.

Em um tempo próximo, uma possibilidade para os Estados Unidos seria apoiar financeiramente adversários da ditadura de al-Assad via rubrica de contraterrorismo, o que poderia atingir até quatro países limítrofes – Turquia, Iraque, Jordânia e Líbano – passagens eventuais de combatentes de diversas origens.

No primeiro semestre de 2014, ascendeu entre o território iraquiano e o sírio a organização Estado Islâmico do Iraque e Levante, direcionada para a consecução de novo país, em que haveria o ordenamento jurídico baseado tão-somente na religião, no caso de extração sunita.

Seria o renascimento do califado, extinto desde o processo de desmonte do Império Otomano, logo após a I Guerra Mundial. Em vez dos turcos à testa do poder, seriam os próprios árabes os governantes. A agremiação extremista aproveita-se do descontentamento de parte da sociedade nas duas jurisdições relativas à longa administração alauíta em solo sírio e à recente xiita em terra iraquiana.

Uma alternativa para a interrupção dos confrontos direcionados ao modelar de outro país, de caráter teocrático, seria a implementação de um governo federativo, o que poderia satisfazer os curdos dos dois lados, especialmente os do Iraque, em face do controle das reservas petrolíferas em seu território.

A possibilidade de materializar-se mais um Estado integrista, ainda que agrade à Arábia Saudita, propicia uma inimaginável situação, se fosse ela cogitada até 2013: a necessidade de diálogo entre Estados Unidos e Irã, reticentes sobre como conduzir o debate sobre as possíveis e indesejadas alterações territoriais no Oriente Médio.

Isto coloca os norte-americanos em uma encruzilhada no curto prazo: ao optar por não deslocar contingentes ao Iraque ou Síria para conter o avanço de entidades fundamentalistas, Washington sinaliza a Teerã o encargo disso. Como contrapartida de tamanha responsabilidade, os iranianos poderiam exigir compensações, notadamente no campo nuclear.

Nos últimos anos, a Casa Branca tonteia no Oriente Médio. Chegou ao ponto de nem sequer conseguir mais coordenar a ação política entre seus próprios aliados, de sorte que poderá precisar em breve recorrer a um de seus mais ferrenhos e históricos opositores (Alagha, 179-185; Dot-Pouillard; Dempsey, 80; Mervin; Dorrell, 16-17; Blitz; Klare; Wallerstein, 21-22).

## Conclusão

Em janeiro de 2001, depois de uma apuração eleitoral parcialmente polêmica, os republicanos voltaram à Casa Branca. Com isso, trariam novas diretrizes à política externa aplicada no Oriente Médio e proximidades.



Com uma temerária conjugação de messianismo e de bazófia, Washington elaborou um projeto para aquela região direcionado à progressiva transformação política – de ditadura de diferentes matizes para democracia – e econômica – do relativo protecionismo para o pleno neoliberalismo – porém, ao mesmo tempo, de manutenção do privilegiado relacionamento comercial – fornecimento ininterrupto de petróleo e gás.

Nas considerações norte-americanas, se houvesse o encerramento de regimes autoritários em alguns dos países daquela vasta área, como Irã e Iraque, por exemplo, o terrorismo fundamentalista enfraquecer-se-ia porque não encontraria mais acolhimento para desenvolver-se a contento.

Após o hediondo atentado de setembro de 2001, a convicção dos formuladores neoconservadores reforçou-se, de sorte que os Estados Unidos deveriam implementar de modo imediato o programa de mudança em território médio-oriental. Contudo, havia hesitação sobre qual país se devia executar o novo ideário.

De certa forma, reviveu-se de maneira adaptada a metodologia do final do período bipolar para a classificação dos regimes ditatoriais: se fosse aliado ou alinhado – proximidade oficiosa – da esfera ocidental, considerar-se-ia autoritário o governo; se opositor, totalitário ou fundamentalista.

Assim, a ação transformadora seria fixada nos administrações subsistentes da época da confrontação amero-soviética como o iraquiano, líbio e sírio – próximos em algum momento da União Soviética. Não se incomodariam, a princípio, Arábia Saudita, Egito, Jordânia, Coveite e outros.

Além da movimentação de organizações não governamentais e do emprego maciço dos meios tradicionais de comunicação, a Casa Branca anunciou em dezembro de 2002 a constituição da Iniciativa da Parceria Amero-Médio-Oriental – baseada parcialmente no Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas.

De acordo com o diagnóstico onusiano, a região possuía hiatos de liberdade política, direitos das mulheres e conhecimento científico. A crença em que a democracia seria o melhor caminho para a correção disso seria reiterada em atividades da National Endowment of Democracy no fim de 2003.

Paralelamente, caso a abertura política se espriasse sem contratempos, haveria boas condições para o estabelecimento de uma ampla área de livre comércio com o prazo originalmente estipulado para 2013, o que terminou por não ocorrer, visto que apenas cinco países assinaram acordos com os Estados Unidos.

Com a recente recuperação do equilíbrio bélico, os dois lados na Síria deveriam sentar-se à mesa para negociar, mesmo que haja divergência sobre o quê. No horizonte ditatorial da família de al-Assad, não se contempla nenhuma forma de transição de poder. De todo modo, temas importantes como soltura de prisioneiros, considerados por ambos como políticos, e estabelecimento de áreas neutras, com a finalidade de resguardar civis, poderiam vir à tona.

Caso haja o estabelecimento de um cessar-fogo, mesmo provisório, e a extensão do auxílio humanitário, especialmente aos milhares e milhares de refugiados, Washington conseguiria reduzir seu desgaste na região.

## Bibliografia

### Fontes Primárias

Resolução nº 242 <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/242\(1967\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/242(1967))>. Acesso em: 17 set 2014.

Resolução nº 338 <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/338\(1973\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/338(1973))>. Acesso em: 17 set 2014.

Resolução nº 1559 <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1559\(2004\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1559(2004))>. Acesso em: 15 set 2014.

Resolução nº 1595. [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1595\(2005\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1595(2005)) Acesso em: 15 set 2014.

## Fontes Secundárias

## Artigos

- Abrams, Elliott. "Bombing the Syrian Reactor: The Untold Story". *Commentary*, 135.2 (Feb 2013): 18-24.
- Alagha, Joseph. "The Arab uprisings: Hezbollah and Syria". *Turkish Review*, v. 4, n. 2, (Mar/Apr 2014): 177-185.
- Bengio, Ofra, Özcan, Gencer. "Old Grievances, New Fears: Arab Perceptions of Turkey and Its Alignment with Israel". *Middle Eastern Studies*, V. 37, N. 2 (Apr., 2001): 50-92.
- Berman, Sheri. "The Promise of the Arab Spring: In Political Development, No Gain Without Pain". *Foreign Affairs*, v. 92, n. 1, (Jan/Feb 2013): 64-74.
- Blanche, Ed. "The dark side of the 'Arab Spring'". *Middle East*, n. 432 (May 2012): 26-29.
- Cannistraro, Vincent. "Terror's Undiminished Threat". *Foreign Policy*, N. 137 (Jul. Aug., 2003): 69.
- Chaney, Eric, Akerlof, George, Blayde, Lisa. "Democratic Change in the Arab World, Past and Present". *Brookings Papers on Economic Activity*, (2012): 363-414.
- Chirac, Jacques. "American Reactions are a Little Primitive". *MERIP Middle East Report*, N. 144, *The Middle East: Living by the Sword* (Jan. Feb., 1987): 39-43.
- Dempsey, Judy. "Russia, Syria and the Arab Spring". *Hampton Roads International Security Quarterly*. (Apr 1, 2012): 80.
- Dorrell, Oren, Kwider, Ahmed. "Sunni and Shi'ite Muslims clash in Syrian civil war". *The Christina Century*, 130.13 (Jun 26, 2013): 16-17.
- Dot-Pouillard, Nicolas. "La crise syrienne déchire les gauches arabes". *Le Monde Diplomatique*, v. 48, n. 8, Aout 2012: 11.
- Dunne, Michele. "Storms of the Arab Spring". *Current History* (Dec 2013): 364-365.
- Galvani, John. "Syria and the Baath Party". *MERIP Reports*, N.25 (Feb., 1974):3-16.
- Hussein. Ibish. "Was The Arab Spring Worth It?". *Foreign Policy*, v. 194 (Jul/Aug 2012): 92-93.
- Klare, Michael. "Le grand écart de Washington". *Le Monde Diplomatique*, v.49, n. 10, oct 2013:13.
- Mandel, Daniel. "False dawn: the Arab Spring". *Review – Institute of Public Affairs*. V.64, n.4 (dec.2012): 24-27.
- Merip Staff. "Why Syria Invaded Lebanon". *MERIP Reports*, N. 51 (Oct., 1976): 3-10.
- Muir, Jim. "Syria and the New Equation". *Journal of Palestine Studies*, V. 13, N. 1, (1983): 211-214.
- Mervin, Sabrina. "L'étrange destin des alaouites syriens". *Le Monde Diplomatique*, v. 49, n.1, jan 2013: 10.
- Pipes, Daniel. "Breaking All the Rules: American Debate over the Middle East". *International Security*, V. 9, N. 2 (1984): 124-150.
- Robinson, Glenn. "Syria's Long Civil War". *Current History* 111.749 (Dec 2012): 331-336.
- Schiff, Zeev. "Dealing with Syria". *Foreign Policy*, N. 55 (1984): 92-112.
- Seaver, Brenda. "The Regional Sources of Power-Sharing Failure: The Case of Lebanon". *Political Science Quarterly*, V. 115, N. 2 (2000): 247-271.
- Slater, Jerome. "Lost Opportunities for Peace in the Arab-Israeli Conflict: Israel and Syria, 1948-2001". *International Security*, V. 27, N. 1 (2002): 79-106.
- Satloff, Robert. "The Path to Peace". *Foreign Policy*, N. 100, 25th Anniversary Issue (1995): 109-115.
- Wallerstein, Immanuel. "The Syrian Impasse". *The Washington Report on Middle East Affairs* 31.2 (Mar/Apr 2012): 20-22.
- Waterbury, John. "Fortuitous By-Products". *Comparative Politics*, V. 29, N. 3, *Transitions to Democracy: A Special Issue in Memory of Dankwart A. Rustow* (Apr., 1997): 383-402.
- Whitehead, John. "Terrorism: The Challenge and the Response". *Journal of Palestine Studies*, V. 16, N. 3 (1987): 215-221.

## Jornais

Britain and Syria Restore Ties After 4-Year Break. New York. New York Times. Oct 29, 1990.

<<http://www.nytimes.com/1990/11/29/world/britain-and-syria-restore-ties-after-4-year-break.html>>.

Acesso em: 23 set 2014.

Blitz, James, Aglionby, John. Russia and US to seek end to Syrian civil war. London: Financial Times. Sep 13, 2013.

<<http://search.ft.com/search?queryText=Russia+and+US+to+seek+end+to+Syrian+civil+war>>. Acesso em:

02 out 2014.

Wallace, Charles. Syria Retaliates, Orders Britain's Embassy Closed. Los Angeles. Los Angeles Times. Oct 25, 1986.

<[http://articles.latimes.com/1986-10-25/news/mn-7402\\_1\\_syria-retaliates](http://articles.latimes.com/1986-10-25/news/mn-7402_1_syria-retaliates)>. Acesso em: 29 set 2014.

## Sítios

<<http://www.ned.org/publications/presentations/all/2003>>. Acesso em: 14 out 2014

<<http://mepi.state.gov/> Acesso em: 14 out 2014

## Resumo

O artigo trata do relacionamento entre Estados Unidos entre o encerramento da Guerra Fria e os dias atuais. Em todo o período, as relações são caracterizadas por tensão, haja vista a diferença de regime político. Todavia, em função do crescimento do extremismo, há a possibilidade de uma aproximação involuntária e temporária.

## Abstract

In brief terms, the article deals with the relationship between the United States and Syria starting from the end of Cold War up to current days. Throughout this period, the relations are characterized by tension given the differences of both political regimes. However, because of the rising of the political radicalism, there is a possibility of an involuntary and temporary approximation.

**Palavras-chave:** Estados Unidos; Síria; Oriente Médio

**Key words:** United States; Syria; Middle East

*Recebido em 15/10/2014*

*Aprovado em 21/11/2014*